

A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.

CNPJ/MF nº 26.658.111/0001-83 - NIRE 35230271668

Instrumento Particular de 8ª Alteração do Contrato Social e Transformação em Sociedade Anônima

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados: **(1) Ibrira Holding - S.R.L.**, sociedade estrangeira de responsabilidade limitada constituída sob as leis da Itália, com endereço em Via Salvatore Matarrese 2/13, Bari 70124, Itália, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 31.605.450/0001-31, neste ato devidamente representada na forma de seu ato constitutivo, por seus administradores **Domingos Fortunato Neto**, brasileiro, nascido em São Paulo, à 19/04/1955, casado em regime de comunhão universal de bens, químico, portador da cédula de identidade RG nº 7.408.234-6/SSP-SP, emitido em 09/08/2007, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.040.518-52, domiciliado na capital do Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, 111, prédio 19, 2º andar, CEP 05069-010, e **Francisco Fortunato**, brasileiro, nascido em São Paulo, à 27/09/1961, casado em regime de comunhão parcial de bens, químico, portador da cédula de identidade RG nº 8.258.625/SSP-SP, emitido em 20/09/2007, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.598.188-26, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, 111, prédio 19, 2º andar, CEP 05069-010 (“**Ibira**”); **(2) Fernando Cesar Marocci**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.117.325-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 137.489.698-56, residente e domiciliado na Rua Professor Emílio Mazzola, nº 877, Jardim Samambaia, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP 13211-689 (“**Fernando**”); Únicos sócios detentores da totalidade do capital social da **A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros, S/N, km 130, loteamento Santa Úrsula, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, CEP 13918-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **26.658.111/0001-83**, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o NIRE 35230271668 (“**Sociedade**”); **Resolvem**, nos termos do artigo 1.072, § 3º da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), alterar e consolidar o contrato social da Sociedade, conforme as cláusulas e condições abaixo: **1 Transformação em Sociedade Anônima:** **1.1** Os sócios aprovam, por unanimidade, a transformação do tipo jurídico da Sociedade, nos termos dos arts. 1.113 a 1.115 do Código Civil, passando **de** sociedade empresária limitada **para** sociedade anônima, mantendo-se inalterada a composição do capital social e o patrimônio, que será regida por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”) bem como pelas demais disposições legais aplicáveis às sociedades anônimas, com a expressa renúncia dos sócios ao direito de retirada previsto no art. 1.114 do Código Civil. **1.2** Em razão da transformação em sociedade anônima, os acionistas também aprovam: **1.2.1** A denominação social da Companhia como “**A&S Technologies Indústria e Comércio S.A.**” (“**Companhia**”). **1.2.2** A conversão de cada 1 (uma) quota que compõe o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de modo que o capital social da Sociedade de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, passa a ser dividido em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, na proporção de 1:1. **1.2.3** As ações da Companhia serão distribuídas aos sócios (após a transformação, doravante designados “**Acionistas**”) na mesma proporção em que participavam do capital social da Companhia anteriormente à transformação ora aprovada, de acordo com o preço de emissão descrito nos Boletins de Subscrição anexos a este instrumento como **Anexo I** e conforme averbações no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, distribuídas entre os acionistas conforme relação abaixo: **Acionista: Ibrira Holding - S.R.L.; Número de ações:** 188.000; **(%):** 94%. **Acionista: Fernando Cesar Marocci; Número de ações:** 12.000; **(%):** 6%. **Total do Número de ações:** 200.000. **Total da (%)**: 100,00%. **2 Eleição dos Diretores:** **2.1** A eleição da diretoria, para um mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária subsequente ao ano do término do mandato, admitidas reeleições, dos seguintes membros: (i) **Fernando Cesar Marocci**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.117.325-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 137.489.698-56, residente e domiciliado na Rua Professor Emílio Mazzola, nº 877, Jardim Samambaia, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP 13211-689, eleito para o cargo de Diretor sem designação específica; e (ii) **Dario Magem**, argentino, em união estável, empresário, portador do Registro Nacional Migratório (RNM) nº V972316-H, inscrito no CPF/MF sob o nº 705.175.951-50, residente e domiciliado na Rua Santo Irineu, nº 307, Condomínio Meridiano Top Club, apartamento 192, Bosque da Saúde, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04127-120, eleito para o cargo de Diretor sem designação específica. **2.2** Os diretores ora eleitos aceitam os seus cargos mediante a assinatura dos seus respectivos termos de posse. **Anexo II** ao presente instrumento, e declaram estar cientes das disposições do art. 147 da Lei das S.A. Ainda, os diretores ora eleitos declaram expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **2.3** Os diretores exercerão suas respectivas funções de acordo com os termos do Estatuto Social da Companhia e da Lei das S.A. **2.4** Não foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o presente exercício social. **3 Estatuto Social:** **3.1** Os acionistas aprovam, sem qualquer ressalva ou restrição, o estatuto social da Companhia já refletindo as deliberações acima, nos termos do **Anexo III** ao presente instrumento. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de forma digital. São Paulo, 31 de julho de 2025. **Sócios/Acionistas:** **IBIRRA Holding S.R.L.**, p.p. Domingos Fortunato Neto e Francisco Fortunato; **Fernando Cesar Marocci**. **Visto do Advogado:** Nome: Aline Pardi Ribeiro, OAB/SP nº 297.046. JUCESP/NIRE nº 3530067601-7. JUCESP nº 347.013/25-9 em 30/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. **ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação Social, Sede e Duração. Artigo 1º** – **A&S Technologies Indústria e Comércio S.A.** (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima de capital fechado regida pelo disposto neste Estatuto Social e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”). **Artigo 2º** – A **Companhia** tem sede na Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros, S/N, km 130, loteamento Santa Úrsula, na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, CEP 13.918-006, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.658.111/0001-83, podendo abrir e extinguir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Parágrafo Único.** A Companhia possui as seguintes filiais, localizadas na: (i) Rua Cristovam de Vita, nº 260, Unidade 17 e 18, Bairro das Pedras, na cidade de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, CEP 06730-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.658.111/0002-64; (ii) Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 19, Espaço 25, 2º Andar, Espaço Empresarial E-Business Park, Bairro Lapa de Baixo, na cidade de São Paulo, CEP 05069-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.658.111/0003-45; (iii) Rua 17, nº 650, Lote 13, Quadra 20, Parte 3, Bairro Mantiqueira, CEP 25250-612, na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.658.111/0004-26; e (iv) Avenida Marginal SP 340 Pista Norte – Galpão 302 A – Distrito Industrial – Santo Antônio da Posse – São Paulo – SP, CEP 38833-591. **Artigo 3º** – A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Objeto. Artigo 4º** – A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento das seguintes atividades: (i) Manufatura, industrialização, envase e comercialização de adesivos e selantes; (ii) Manufatura, industrialização, envase e comercialização de produtos à base de silicone, látex natural e sintético, óleos lubrificantes e graxas; (iii) Transformação de matéria-prima plástica para a confecção de embalagens; (iv) Comércio, importação e exportação de adesivos e selantes e produtos correlatos a base de silicone; (v) Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente; (vi) Prestação de serviços de manufatura e/ou industrialização em geral a terceiros; (vii) Prestação de serviços de armazenagem, fracionamento e envasamento de produtos e matérias-primas em geral e armazenagem de materiais para tanto em caráter próprio como de terceiros; (viii) Armazenagem própria e para terceiros; e (ix) Serviços de apoio administrativo e consultoria empresarial (Escritório Administrativo). **Parágrafo Primeiro.** A filial localizada na cidade de Vargem Grande Paulista tem como objeto: (a) comércio, importação e exportação de adesivos e selantes e produtos correlatos a base de silicone; e (b) armazenagem própria e para terceiros. **Parágrafo Segundo.** A filial localizada na cidade de São Paulo tem como objeto os serviços de apoio administrativo e consultoria empresarial (Escritório Administrativo). **Parágrafo Terceiro.** A filial localizada na cidade de Duque de Caxias tem como objeto: (a) atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente; e (b) armazenagem própria e para terceiros. **Parágrafo Quarto.** A filial localizada na cidade de Santo Antonio de Posse tem como objeto: (a) comércio, importação e exportação de adesivos e selantes e produtos correlatos a base de silicone; e (b) armazenagem própria e para terceiros. **Capítulo III. Capital Social. Artigo 5º** – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** – Todas as ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo** – No caso de aumento de capital mediante subscrição, os acionistas terão preferência na proporção das ações que possuírem, nos termos da lei aplicável. **Capítulo IV. Assembleias Gerais. Artigo 6º** – A Assembleia Geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S.A., e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Artigo 7º** – As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer um dos Diretores, ou, ainda, por acionistas, nos termos da Lei das S.A. **Parágrafo Primeiro** – A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em 1º (primeira) convocação, e de 5 (cinco) dias, em 2ª (segunda) convocação, conforme previsto na Lei das S.A. **Parágrafo Segundo** – As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, em 1ª (primeira) convocação, e com qualquer número de acionistas em 2ª (segunda) convocação, e serão presididas por qualquer acionista indicado por acionistas presentes na reunião e secretariadas por quem o presidente da respectiva Assembleia Geral indicar. **Parágrafo Terceiro** – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou no presente Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 8º** – Compete exclusivamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias abaixo relacionadas, cuja aprovação dependerá da aprovação por maioria absoluta de votos do capital social da Companhia: (i) aprovação das contas e destinação resultado do exercício, ou distribuição de dividendos em qualquer período; (ii) criação ou alteração de política de dividendos da Companhia; (iii) qualquer alteração nos direitos, preferências, vantagens, poderes ou restrições atribuídas às ações de emissão da Companhia ou criação de novas classes de ações; (iv) eleição e destituição dos Diretores da Companhia e a fixação das respectivas remunerações; (v) venda de ativos da Companhia em valor acima de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo tal valor considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas no mesmo exercício social; (vi) contratação, pela Companhia, de operação de endividamento em qualquer valor; (vii) prestação, pela Companhia, de fiança, aval ou qualquer outra garantia, de qualquer valor, a quaisquer terceiros; (viii) cessão de uso, alienação, transferência ou licenciamento, fora do curso normal dos negócios da Companhia, de marcas, expressões, slogans, logotipos, licenças, software e qualquer outro tipo de propriedade intelectual que pertençam à Companhia; (ix) aprovação de quaisquer operações com partes relacionadas; (x) quaisquer reduções, com devolução de capital aos acionistas, ou aumentos do capital social da Companhia mediante emissão de novas ações; (xi) criação ou alteração de planos de incentivo de longo prazo; (xii) resgate, amortização ou compra de ou negociação com ações ou de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia; (xiii) deliberação sobre a participação da Companhia em outras sociedades, bem como sobre quaisquer participações em outros empreendimentos, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação; (xiv) pedido de autofalência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, liquidação, dissolução total ou parcial da Companhia, ou a cessação do seu estado de liquidação; (xv) implementação de fusões, incorporações, incorporações de ações, cisões e aquisições envolvendo a Companhia, exceto pelas operações exclusivamente internas, assim entendidas como aquelas que envolvam a Companhia de um lado e subsidiárias integralmente controladas por ela de outro. **Artigo 9º** – As Assembleias Gerais serão realizadas, em regra, presencialmente, na sede da Companhia, nos termos da Lei das S.A., sendo permitido, mediante apresentação de justificativa prévia, a participação dos acionistas, de qualquer Assembleia Geral, por meio de telefone, videoconferência, telepresença ou mediante envio antecipado de voto por escrito, via correio eletrônico ou correspondência com aviso de recebimento, sendo considerados presentes à Assembleia Geral para fins de verificação do quórum de instalação e votação. Em caso de participação por meio de telefone, videoconferência ou telepresença, os acionistas deverão confirmar seu voto por meio de declaração por escrito, encaminhada à Diretoria e ao presidente da mesa da respectiva Assembleia Geral, logo após o seu término, via correio eletrônico ou correspondência com aviso de recebimento. Uma vez recebida a declaração de voto ou manifestação antecipada de voto, o presidente da respectiva Assembleia Geral ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do acionista que participou remotamente. **Capítulo V. Administração da Companhia. Artigo 10º** – A Companhia será administrada por uma diretoria (“**Diretoria**”) composta por até 2 (dois) membros, residentes e domiciliados no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral a qualquer tempo, com mandato de até 3 (três) anos, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária subsequente ao término de seus mandatos, permitindo a reeleição. **Artigo 11º** – A Companhia será considerada responsável e obrigada pela assinatura de (i) 2 (dois) Diretores assinando em conjunto, sendo que um dos diretores deverá obrigatoriamente ser um dos Diretores sem Designação Específica; ou (ii) 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, indicados na forma prevista neste Estatuto Social. **Parágrafo Único** – É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o respectivo instrumento ser assinado por qualquer Diretor. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, terão prazo de duração máximo de 1 (um) ano. **Capítulo VI. Conselho Fiscal. Artigo 12º** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente. **Parágrafo Único** – Caso venha a ser instalado, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato que durará até a primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição, podendo ser reeleitos. **Artigo 13º** – Em caso de vacância no Conselho Fiscal, será convocada Assembleia Geral para eleição do substituto, para complementar o restante do mandato. **Parágrafo Único** – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral. **Capítulo VII. Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 14º** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 15º** – Ao fim de cada exercício, a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, observada a legislação então vigente e as submeterá à Assembleia Geral juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Parágrafo Primeiro** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação da Assembleia Geral, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros. **Parágrafo Segundo** – A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 16º** – Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções legais, serão aplicados, conforme previsto na Lei das S.A.: (i) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; e (ii) Os dividendos mínimos obrigatórios serão de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. **Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo restante do lucro líquido do exercício, se houver. **Parágrafo Segundo** – Eventual saldo do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, da declaração do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo anterior, será destinado pela Assembleia Geral, incluindo para outras reservas de lucros cuja constituição se faça necessária. **Capítulo VIII. Liquidação e Dissolução. Artigo 17º** – A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. Em caso de liquidação ou dissolução, competirá à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante e membros do Conselho Fiscal, que deverão atuar no período de liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo IX. Acordo de Acionistas. Artigo 18º** – A Companhia, por seus administradores, respeitará e obedecerá, o acordo de acionistas datado de 17 de fevereiro de 2025, conforme aditado, devidamente arquivado em sua sede social (“**Acordo de Acionistas**”), nos termos estabelecidos no artigo 118 da Lei das S.A. Em caso de discrepância entre o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas, o disposto no Acordo de Acionistas prevalecerá, devendo os acionistas, no menor prazo possível, realizar uma Assembleia Geral para alterar o Estatuto Social de modo a eliminar a discrepância até então existente. **Parágrafo Único** – Fica vedado aos integrantes da mesa diretora das Assembleias Gerais acatar declaração de voto de qualquer acionista signatário de tal acordo que for proferida em desacordo com o Acordo de Acionistas. Também será expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não estiverem em conformidade com as disposições de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **Capítulo IX. Disposições Gerais. Artigo 19º** – Este Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 20º** – Para todas as questões oriundas deste Estatuto Social, fica desde já eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ABA Infra-estrutura e Logística S/A.

CNPJ/MF nº 55.395.883/0001-78 - NIRE 35.300.513.550

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/09/2025

1) Realização e Local: 22 de setembro de 2025, às 9h00, na sede social situada em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, conjunto 82, Sala 01, bairro Vila Olímpia, CEP 04547-005. **2) Convocação:** Dispensadas as formalidades de publicação do Edital de Convocação, em razão da presença de 100% dos acionistas, conforme parágrafo 4º, do Artigo 124, da Lei nº 6404/76. **3) Presenças:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social: **Carlos César Floriano**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.451.600-8-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.509.688-92, domiciliado na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.306, 10º andar, conjunto 101, sala 03, bairro Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-005; e **Formitex Empreendimentos e Participações Ltda.**, com sede no Município de Suzano, Estado de São Paulo, na Estrada Portão do Honda, nº 120, sala 02, bairro Jardim Revista, CEP 08694-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.594.431/0001-11, com seus atos societários devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35.216.075.237, representada por **Alípio Jose Gusmão dos Santos**, brasileiro, casado sob o regime da separação obrigatória de bens, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.538.540-6-SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 206.590.918-87, residente no Município de São Paulo, Estado de São Paulo e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº1.306, 8º andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04547-005. **4) Composição da Mesa:** Presidente: Luis Antonio Floriano; Secretário: Joacks de Paula Lemos. **5) Ordem do Dia:** Deliberar sobre a necessidade de: **a)** ampliar o objeto social da Companhia, contemplando as atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente e serviços combinados de escritório e apoio administrativo; e **b)** dispor expressamente sobre a aplicação integral do objeto social da Companhia à sua sede e todas as suas filiais, presentes e futuras. **6) Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Analisado e discutido o assunto objeto da ordem do dia, foi aprovada por unanimidade de votos, sem reservas, conforme segue, a inclusão de Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente e Serviços combinados de escritório e apoio administrativo no objeto social da Companhia, bem como a inclusão da cláusula 3.2 ao Estatuto Social, dispondo expressamente sobre a aplicação integral do objeto social da Companhia à sua sede e todas as suas filiais, presentes e futuras. **7) Encerramento, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, com a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, vai por todos assinada. (Luis Antonio Floriano – Presidente da Assembleia; Joacks de Paula Lemos – Secretário da Assembleia; Acionistas presentes: Carlos Cesar Floriano e Formitex Empreendimentos e Participações Ltda., representada por Alípio Jose Gusmão dos Santos). Certifico que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio da Companhia. Joacks de Paula Lemos – Secretário da Assembleia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 323.697/25-2 em 30/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/ME nº 09.336.431/0001-06 - NIRE 35.300.352.335 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de setembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Ao primeiro dia do mês de setembro de 2025, às 14:30 horas, no Município de Registro, Estado de São Paulo, na SP 139, nº 226, São Nicolau. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“**Companhia**”), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Têmega; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1 Deliberar sobre o pedido de renúncia do Sr. Antonio Cesar Ribas Sass, ao cargo de Diretor Superintendente e eleger o diretor substituto. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1 Foi recebido e conhecido o pedido de renúncia do Sr. Antonio Cesar Ribas Sass, ao cargo de Diretor Superintendente, ao qual, a partir desta data, é outorgado a mais plena, irrevogável, ampla, rasa e geral quitação, exceto nos casos de dolo e/ou fraude. O pedido de renúncia apresentado ficará arquivado na sede da Companhia. Os membros do Conselho de Administração registram seu agradecimento ao Sr. Antonio Cesar Ribas Sass pela dedicação e pelos serviços prestados à Companhia no desempenho de suas atribuições; 5.2 Em substituição ao diretor egresso, eleger para o cargo de Diretor de Superintendente, para cumprir o restante do mandato, o Sr. **José Acácio Delmonego Júnior**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da cédula de identidade RG nº 3.203.872 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 004.059.989-29, residente e domiciliado no município de Joinville, na Rod. SP Santa Catarina, com endereço comercial no município de Registro, Estado de São Paulo, na Rod. SP 139, 226, São Nicolau; O Diretor eleito toma posse em termo próprio, que se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia, no qual também declara, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei nº 6.404/76**”), e as regras constantes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não está impedido de assumir o cargo para o qual foi eleito, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, (ii) não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para o cargo de administração de companhia aberta, (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. 5.3 Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por: Mesa: Presidente: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Têmega; e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Sr. Sérgio Moniz Barreto Garcia, Sr. Roberto Paolini e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Têmega. Registro, 01 de setembro de 2025. “*Confere com a original lavrada em livro próprio*” **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 350.579/25-8 em 07/10/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/ME nº 09.336.431/0001-06 - NIRE 35.300.352.335 | Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de setembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos cinco de setembro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“**Companhia**”) localizada no Município de Registro, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 139, nº 226, São Nicolau, CEP 11900-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei nº 6.404/76**”), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade das ações de emissão da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Deliberar sobre o pedido de renúncia do Sr. Sérgio Moniz Barreto Garcia ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; e 4.2. Deliberar sobre a eleição do novo membro do Conselho de Administração. **5. Deliberações:** Por unanimidade, o acionista delibera o que segue: 5.1. Foi recebido e conhecido o pedido de renúncia do Sr. **Sérgio Moniz Barreto Garcia**, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, ao qual é outorgado a mais plena, irrevogável, irretirável, ampla, rasa e geral quitação, exceto nos casos de dolo e/ou fraude. O pedido de renúncia por ele apresentado ficará arquivado na sede da Companhia. Os acionistas registram seu agradecimento ao Sr. Sérgio Moniz Barreto Garcia, pela dedicação e pelos serviços prestados à Companhia no desempenho de suas atribuições. 5.2. Diante da renúncia apresentada, os acionistas elegem como novo membro do Conselho de Administração, a fim de completar o prazo de gestão em curso, a Sra. **Giane Luza Zimmer Freitas**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3 e inscrita no CPF/ME sob o nº 000.925.867-16, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição. A Conselheira ora nomeada toma posse mediante assinatura do respectivo termo de posse, que se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia, declarando, para os devidos fins de direito e sob as penas da lei, que (i) não está impedida de assumir o cargo para o qual foi eleita, nos termos do § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76 e art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934/94, (ii) não está condenada a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para o cargo de administração de companhia aberta, (iii) atende ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. 5.3. Aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário, interesse conflitante com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionista: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Têmega). Registro, 05 de setembro de 2025. “*Confere com a original lavrada em livro próprio*”. (ass.:) **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 348.633/25-7 em 03/10/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/10/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

